

Entrevistado: *João Luiz Duboc Pinaud*

Profissão: Advogado e Juiz Aposentado

Data: 30 de outubro de 2007

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 1h e 27 min.

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha. e Gilmar de Almeida Sá

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Gilmar de Almeida Sá.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

Revisão: Jorge Luís Rocha.

## **Sumário**

Incredulidade nas instituições jurídicas no Brasil e América Latina e a escalada da hegemonia norte-americana. O período na presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB: A investigação do Senado Federal sobre o Poder Judiciário; O esforço do Poder Judiciário fluminense em apurar suas irregularidades; A oposição do IAB à investigação do Senado. A tentativa de desqualificação do Poder Judiciário; A ação proposta pelo IAB não acolhida na Justiça Federal. A pressão da opinião pública sobre os órgãos julgadores. A influência maléfica dos meios de comunicação sobre a opinião pública. A utilização do aparelho judicial para promoção de interesses particulares. Os objetivos dos movimentos sociais organizados. Opinião acerca da fidelidade partidária e das restrições a candidatura de candidatos condenados: O desrespeito aos princípios partidários. A separação dos poderes e os princípios do Estado de Direito. A utilização das novas tecnologias na Justiça: a tecnologia como instrumento; A importância do contacto do juiz com o litígio; A fugacidade da internet. A dificuldade em lidar com a linguagem do mundo virtual. A falta de contacto entre as pessoas no mundo contemporâneo. A imparcialidade do magistrado e a inexistência de neutralidade absoluta. O argumento utilizado na recusa de um cargo no Governo Federal. As declarações infelizes do Governador Sergio Cabral do Ministro Nelson Jobim. Repressão e punição como únicas medidas utilizadas no combate à criminalidade. O episódio exibido pela televisão da morte de jovens por policiais em uma favela carioca: A ineficiência do Estado; O medo que os criminosos cultivam da represália por parte do Estado; O assassinato do Estado de Direito pelo desrespeito aos seus princípios. Absurdas condenações de presos cubanos em Guantánamo. O silêncio da mídia em relação às declarações do Governador Sergio Cabral. Condenação à violência do embargo a cuba e ao autoritarismo do governo do país caribenho. A luta pela hegemonia de América Latina, Caribe e África: A autogestão das riquezas internas como pressuposto de soberania; O presidente venezuelano Hugo Chaves e o enfrentamento aos interesses norte-americanos; Mudanças no painel político da América Latina. Críticas ao preconceito científico racial e sexual. O racismo como arma de opressão. A

importância da convivência com as diferenças e a alteridade enquanto ética aplicada ao Direito. O conceito de solidariedade originário das tribos africanas: UBUNTU. A triste realidade de violência no continente africano. A surpreendente figura de Nelson Mandela. A experiência como Secretário Estadual de Justiça: A bandeira dos Direitos Humanos enquanto propaganda dos governantes; Prisão, tortura e assassinato de comerciante chinês em um presídio no Estado do Rio de Janeiro; A investigação a pedido do governo Federal; A ocultação da verdade sobre os fatos; A divulgação de uma versão inverídica de autoflagelo confirmada pela governadora; Retaliação e renúncia. A difícil experiência a frente da Comissão de Mortos e Desaparecidos: O convite do Presidente Lula; A falta de compromisso da Comissão; Pedidos de apoio; O apoio da OAB; A renúncia. A tradição familiar na magistratura. O respeito que era devotado aos juízes. Perseguição durante o Regime Militar: Cassação na magistratura e no magistério; Comparação com criminosos comuns; Sofrimento; Projetos paralisados; O enterro da biblioteca. A Justiça durante o Regime Militar: O espancamento do juiz Porto Carreiro no DOPS; A justiça de cócoras; A não adaptação à nova magistratura após a anistia; Desapontamentos com o Judiciário; O constrangimento da volta; a Dívida do Tribunal. A criação da ONG Práxis. A exoneração do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, João Tancredo, por causa de suas investigações; A leitura da renúncia dos membros da comissão. O protesto contra a cassação de João Tancredo feito no IAB. Comentários contra o racismo e a corrupção. O carinho pela família. Agradecimentos.

